



PUC Minas

CENÁRIOS PUC MINAS

Conjuntura Internacional

ano 4 • nº 31 • 02 a 08/09/07 • ISSN1809-6182

Análises

27/08/2007 - Foro de Cooperação América Latina e Ásia do Leste.....p.01

Nos dias 22 e 23 de agosto de 2007, foram realizados em Brasília diversos encontros sob a égide da FOCALAL, entre eles: reuniões ministeriais, empresariais, além de um encontro acadêmico, todos com objetivo de discutir a cooperação entre os países latino-americanos e os do leste asiático.

31/08/2007 - Reforma Constitucional na Venezuela.....p.05

O presidente venezuelano, Hugo Chávez, apresentou no dia 15 de agosto de 2007 uma proposta de reforma da Constituição do país. Entre as medidas, a que mais causa polêmica é a de reeleição contínua, que além de acabar com o limite para o número de reeleições pretende aumentar o mandato presidencial.

Foro de Cooperação América Latina e Ásia do Leste

Análise
Integração Regional

Joana Laura Marinho Nogueira
27 de agosto de 2007

Nos dias 22 e 23 de agosto de 2007, foram realizados em Brasília diversos encontros sob a égide da FOCALAL, entre eles: reuniões ministeriais, empresariais, além de um encontro acadêmico, todos com objetivo de discutir a cooperação entre os países latino-americanos e os do leste asiático.

Em Brasília, nos dias 22 e 23 de agosto de 2007, reuniram-se os representantes dos 32 países membros do Foro de Cooperação América Latina e Ásia do Leste (FOCALAL)¹, mais a República Dominicana² além de Guiana, Haiti e Suriname, que participaram da reunião como observadores. Foram realizados diversos encontros a fim de analisar e debater os novos rumos do Foro, que se propõe a ser um mecanismo multilateral permanente de interação entre as duas regiões³.

Durante os dois dias de encontro, aconteceram a VIII Reunião de Altos Funcionários e a III Reunião Ministerial. Em precedência às reuniões ocorreram

encontros empresariais em São Paulo no dia 20, em Brasília nos dias 21 e 22, em Belo Horizonte no dia 23 e no Rio de Janeiro no dia 24. Houve também um encontro acadêmico sob os cuidados da Fundação Alexandre Gusmão (FUNAG) que ocorreu dia 20, em Brasília.

A FOCALAL atua buscando promover a cooperação entre as regiões além de buscar o conhecimento mútuo e a interação tanto política como cultural e econômica dos países.

A estrutura do Foro está dividida em três níveis: o Ministerial, que é a mais alta corte do Foro e reúne os chanceleres dos países participantes; a Reunião dos Altos Funcionários (*Senior Officials Meeting*, SOM, sigla em inglês) que reúne os altos funcionários da burocracia dos países participantes e são responsáveis pelas reuniões de trabalho que definirão os temas apresentados aos chanceleres, e os grupos de trabalhos.

Os grupos de trabalho estão divididos por assuntos, a saber: um de política, cultura e educação, sob co-presidência de Colômbia e Cingapura; um de economia e sociedade, sob responsabilidade de Argentina e Japão; e um de Ciência e Tecnologia, co-presidido por Costa Rica e Tailândia. As co-presidências são rotativas

¹ Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai, Venezuela da América Latina e da Ásia do Leste Austrália, Burnei, Camboja, China, Cingapura, Filipinas, Indonésia, Japão, Laos, Malásia, Mianmar, Nova Zelândia, república da Coreia, Tailândia e Vietnã.

² Este país foi admitido no grupo nesta reunião.

³ O que não significa dizer que ao fim do encontro será assinado um acordo geral entre todos os países, já que o foro se propõe a ser apenas uma oportunidade para o incremento da relação entre os países participantes.

e neste encontro foram assumidas, respectivamente, por: Colômbia (para um segundo mandato) e Indonésia; República da Coreia e Equador; Panamá e Nova Zelândia.

A primeira Reunião Ministerial realizou-se em março de 2001, em Santiago no Chile. Na ocasião foram definidos os grupos de trabalho e admitidos alguns novos participantes. Em janeiro de 2004, a segunda reunião foi realizada em Manila, Filipinas, cujo foco principal deste encontro pautou-se em definições nas áreas de política e segurança. Tendo sido abordados temas como o combate a crimes transnacionais, lavagem de dinheiro, tráfico de drogas e de pessoas, além de terrorismo.

Já as Reuniões dos Altos Funcionários (SOM) são realizadas com maior frequência, já que devem preceder as Reuniões Ministeriais. Nelas são definidos os assuntos que são levados ao conhecimento e para aprovação dos chanceleres. A realizada em Brasília foi a oitava edição, sendo que a primeira foi realizada em 1999, em Cingapura, quando foi oficialmente criada a FOCALAL. As seguintes definiram os critérios de atuação do Foro bem como a entrada de novos participantes. Nesta última que precedeu a III Reunião Ministerial foi assinada a “Declaração de Brasília”.

Este documento recomenda o apoio à promoção do turismo entre as regiões com a criação de um subgrupo para o tema. Propõe também o fortalecimento da rede acadêmica entre as regiões; a adoção de políticas de boas práticas que beneficiem as Pequenas e Médias Empresas além de buscar o incremento do comércio e dos investimentos entre os países participantes da FOCALAL.

No encontro foi dirigida grande importância ao turismo, uma vez que ambas as regiões contam com atrativos turísticos e tiverem crescimento, nesta atividade, registrado aumento em 2005, de 8% e 6%, respectivamente, na Ásia do

Leste e na América Latina. Não apenas o viés econômico esta sendo considerado para a criação deste subgrupo de trabalho, pesa sobre esta decisão o efeito multiplicador da atividade, especialmente, para benefício do desenvolvimento dos países.

Para além das reuniões governamentais, os encontros empresariais também são importantes para o incremento das relações entre os países, que vêm buscando aproximação política e empresarial. Como exemplo disso temos que, em 2005, o fluxo comercial entre os membros integrantes da FOCALAL, foi de aproximadamente 1 trilhão de dólares.

Em São Paulo, a reunião foi realizada na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP); em Brasília, na Confederação Nacional das Indústrias (CNI); no Rio de Janeiro, o encontro foi na Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) e em Belo Horizonte, na Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG).

Estes encontros se realizaram, no sentido de aproveitar a vinda dos representantes dos países para o Brasil. Na pauta dos encontros estavam além do comércio entre os países, especialmente, entre aqueles com os quais o Brasil tem menor fluxo, como Camboja e Vietnã. Constou também dos assuntos debatidos, propostas de investimentos no setor das energias limpas e renováveis, incentivados, principalmente, pela possibilidade de utilização do comércio de créditos de carbono pelos países em desenvolvimento e pela capacidade de produção de biocombustíveis da América Latina.

Outro evento realizado concomitantemente às Reuniões governamentais, foi o Seminário acadêmico. Este se realizou no dia 20 de agosto de 2007, no Palácio do Itamaraty, em Brasília. Foi estruturado em três mesas redondas que representavam os grupos de trabalho do Foro, ou seja, uma de Política e Cultura; outra de Economia e Sociedade

e a última de Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação. Analistas das regiões apresentaram trabalhos sobre os assuntos favorecendo o debate e fortalecendo o intercâmbio.

O principal evento do encontro é a Reunião Ministerial, que reúne os Chanceleres dos países participantes. A reunião acontece com intuito de aprovar a linha de atuação dos países para que os objetivos do foro sejam alcançados.

Antes do encontro Ministerial, o Presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, recebeu os chanceleres no Palácio do Planalto e reafirmou o interesse do país no estreitamento das relações entre as regiões. Ação absolutamente condizente com sua estratégia de Política Externa, que trilha o caminho da Cooperação Sul-Sul, desde o início de seu mandato.

O comércio da região é propício devido, principalmente, as complementaridades encontradas nas economias das regiões. E houve nos últimos anos aumento nos fluxos comerciais⁴, porém deve-se também considerar o aumento do comércio entre os blocos. Por parte da América Latina, Mercado Comum do Sul (Mercosul)⁵, Comunidade Andina (CAN)⁶ e pela Ásia do Leste, Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN)⁷, o fortalecimento nesta dimensão pode gerar para o futuro, propostas de acordo para a criação de uma área de livre comércio entre as regiões.

A criação de oportunidades entre os países em desenvolvimento e inclusão social, especialmente, para os mais pobres das duas regiões são benefícios que dificilmente seriam alcançados caso as

relações fossem apenas tratadas bilateralmente. Os benefícios deste grupo de diálogo também se refletem em instituições multilaterais como a Organização Mundial do Comércio (OMC) e a Organização das Nações Unidas (ONU).

Os encontros fora do âmbito governamental refletem a importância dada à sociedade civil pelo foro, uma vez que, as boas relações entre os Estados devem estar refletidas também no nível interno dos países. E, pressupondo que parcerias público-privadas são alternativas ao desenvolvimento econômico, dos países das regiões, este real interesse demonstrado, por empresários e pela academia, em discutir e interagir com os governos são reflexos positivos desta estratégia.

Portanto, deve-se crer que o efetivo incremento dessas relações traz benefícios para todos os países participantes do Foro. E, neste sentido, o Presidente brasileiro, ainda na reunião com os Chanceleres reforçou o argumento de que a pluralidade de parceiros diminui as vulnerabilidades dos países.

O Presidente Lula afirmou que pretende viajar muito e diversificar ainda mais seus parceiros. Esta política é claramente demonstrada por sua agenda de viagens, em que consta uma visita marcada aos países nórdicos, no início de setembro e uma nova ida à África em outubro.

Desse modo, Lula confirma não apenas seu viés multilateral bem como reforça sua estratégia de estreitamento do relacionamento com países plurais. Sendo, no entanto, sua prioridade a ampliação da cooperação com os países do Eixo do Sul, que é refletido no grande número de ambientes de debates que reúnem estes países, dos quais o Brasil participa de forma ativa, como a FOCALAL, o Grupo do Rio⁸, a Cúpula África-América do Sul e outros.

⁴ O Brasil, em 2006, exportou para a Ásia cerca de US\$ 37 bilhões, enquanto a Argentina exportou US\$ 46 bilhões. Em contrapartida, o Japão afirma que exportou para a América Latina, em 1998, US\$ 53 bilhões e US\$ 183 bilhões, em 2006.

⁵ Vide Glossário.

⁶ Vide Glossário.

⁷ Vide Glossário.

⁸ Vide Glossário.

Referência

Sites:

Agência Brasil

<http://www.agenciabrasil.gov.br/>

Estadão

<http://www.estadao.com.br/>

Fator Brasil

<http://www.revistafatorbrasil.com.br/>

FOCALAL

<http://www.focalal.mre.gov.br/>

FUNAG

<http://www.funag.gov.br/>

Reforma Constitucional na Venezuela

Análise
Segurança/ Desenvolvimento
Lígia Franco Prados Mello
31 de agosto de 2007

O presidente venezuelano, Hugo Chávez, apresentou no dia 15 de agosto de 2007 uma proposta de reforma da Constituição do país. Entre as medidas, a que mais causa polêmica é a de reeleição contínua, que além de acabar com o limite para o número de reeleições pretende aumentar o mandato presidencial.

Hugo Chávez, presidente da Venezuela desde o ano de 1998, pretende tornar o país socialista. Para tanto Chávez propõe e realiza mudanças na Constituição, nas políticas e na economia venezuelana constantemente.

Assim que se elegeu em 1998, Hugo Chávez instaurou por referendo uma Assembléia Constituinte que redigiu uma nova Constituição. Esta outorgou mais poderes ao presidente, ampliando as prerrogativas do chefe do poder executivo em relação aos demais poderes (eliminando o Senado e permitindo uma maior intervenção do Estado na economia).

Em razão dessa nova ordem constitucional instaurada, foram celebradas novas eleições presidenciais e legislativas em julho de 2000, nas quais Chávez foi reeleito presidente da República Bolivariana de Venezuela. Desde então a oposição tenta destituir o presidente, mas as tentativas foram frustradas.

Em abril de 2002, ocorreu um golpe contra Chávez, que fora mal sucedido e ficou conhecido como o mais rápido golpe de Estado da história política da Venezuela. Ele teve início no dia 10 de abril de 2002, quando a Fedecámaras (maior associação empresarial do país) e a CTV (Confederação Venezuelana dos Trabalhadores) decretaram greve geral.

No dia 12 de abril de 2002, oficiais militares obrigaram Chávez a renunciar, acusando-o pelas mortes durante as manifestações em Caracas. Pedro Carmona, então presidente da Fedecámaras, foi apontado como presidente interino do novo governo de transição.

Entretanto, no dia 13 de abril de 2002, apoiado por militares simpatizantes de Chávez e indignados com a situação irregular imposta ao país, o vice-presidente, Diosdado Cabello, forçou a renúncia de Carmona e assumiu a presidência. Na madrugada do dia 14 de abril de 2002, após dois dias afastado, Hugo Chávez reassumiu o governo da Venezuela aclamado pela população. Tal fato fez com que os opositores passassem a recorrer a meios constitucionais para retirar o presidente do poder.

Em junho de 2004, propuseram um referendo revogatório [ver também: [Hugo Chávez submetido a referendo revogatório](#)]. Apesar do medo de que o referendo fosse protelado ou nem acontecesse, ele foi realizado exatamente na data prevista, com uma expressiva vitória de Chávez. [Ver também: Referendo revogatório: vitória democrática na Venezuela?].

Em 2005, como forma de deslegitimar o

governo do presidente venezuelano, a oposição usou de um outro artifício: a não participação nas eleições parlamentares, com a retirada do pleito de suas candidaturas. O resultado, porém, foi novamente a favor de Chávez. E, dessa vez, além de mal sucedida, a oposição ampliou os poderes do presidente, uma vez que se elegeu uma Assembléia Nacional totalmente pró-Chávez.

Essa conformação de uma Assembléia completamente pró-governo é o que possibilita a aprovação da reforma constitucional proposta por Hugo Chávez em agosto de 2007. Ela se baseia na idéia do presidente de um socialismo do Século XXI¹, dentre as 33 propostas de mudanças da Carta Magna venezuelana, as mais polêmicas são:

- i) A reeleição contínua, em que é proposta a ampliação do mandato presidencial de seis para sete anos, além da extinção de limites para número de reeleições presidenciais.
- ii) A redução da jornada de trabalho diária, que propõe a redução de oito para seis horas.
- iii) Poder popular, que prevê a criação de um quarto poder. O Poder Popular será formado pelos Conselhos Comunsais².

¹ O Socialismo do Século XXI, de acordo com Willian Izarra, assessor do presidente venezuelano, se trata de um “sistema político, econômico e social de fundamentação humanista (espiritualidade), que é o que o difere do antigo socialismo, baseado no bem comum (boa vontade e amor ao próximo), na produção social (autogestão e benefício compartilhado) e participação direta (democracia direta e nova constituição) do coletivo nas decisões que envolvem o destino e a prosperidade da nação”.

² Conselhos Comunsais são comunidades populares organizadas. Esses Conselhos já têm existência prática e legal (Lei dos Conselhos Comunsais de 10/04/2006, Gazeta Extraordinária 5806, e decretos correlatos). A reforma constitucional, no entanto, ampliará suas competências e dar-lhes-á corpo constitucional.

- iv) Proposta para o fim da autonomia e a retirada do poder de decisão do Banco Central em controlar as reservas internacionais.
- v) Forças Armadas bolivarianas, que determina que as Forças Armadas sejam orientadas a partir do desenvolvimento do conceito “Popular e Antiimperialista.”

Tendo em vista esses pontos, a oposição pretende propor uma Assembléia Constituinte para que o projeto de reforma constitucional não seja facilmente aprovado. É sabido, no entanto, que a Assembléia Nacional, que tem o poder de aprovar ou vetar a proposta, é toda pró-Chávez desde 2005.

Prova disso é que no dia 22 de agosto de 2007, numa primeira votação, o texto foi aprovado por unanimidade pelo Legislativo. Vale lembrar, no entanto, que ele deve passar ainda por duas votações na mesma e só poderá ser ratificado após consulta popular.

A oposição afirma que Chávez quer se perpetuar no poder utilizando-se da reforma constitucional. O coordenador nacional do partido Primeira Justiça, Julio Borges, afirma que todas as outras alterações – fora a reeleição contínua – são doces envenenados que pretendem distrair a atenção do objetivo central do Presidente, que é a sua manutenção no poder.

Há um temor e, mais que isso, evidências de que a população aprove a reforma constitucional, porque o ‘elemento utópico’, ou seja, a criação de expectativas positivas, é sempre recorrente nas campanhas de Chávez. O presidente promete com essa Constituição a criação de um Estado socialista do Século XXI, prometendo pôr fim às desigualdades sociais.

Ao analisar os discursos de Chávez e suas ações, tendo como base os pilares da

democracia moderna, fica claro, entretanto, o desencontro entre o que o presidente declara e o que realiza com as mudanças constitucionais.

Chávez afirma que o aumento do poder e da participação popular, bem como as mudanças na estrutura organizacional do país são importantes reformas na construção de um novo modelo de democracia. Ele enfatiza que o povo só ganha mais poderes no seu governo. Para ele trata-se do início de uma “nova era, rumo ao socialismo e à democracia plena”. No entanto, em março de 2007, Chávez acusou a Radio Caracas Televisión (RCTV) de participar do golpe de 2002 e não renovou a concessão de transmissão da emissora de televisão RCTV, que tinha uma postura crítica em relação ao seu governo. [Ver também: [RCTV não tem sua concessão renovada pelo governo venezuelano.](#)]

Além disso, o presidente coloca os princípios democráticos em jogo ao eliminar o Senado, concentrando os poderes no Executivo, o que vai contra a divisão de poderes. A concentração de poder combinada com a reeleição contínua significa o fim do pluralismo, condição básica da democracia. Vale lembrar ainda, que a representatividade é também comprometida pela própria configuração da Assembléia Nacional, já que a mesma é totalmente pró-governo.

Assim, todos os pilares da democracia que são: divisão de poderes, representatividade e constitucionalidade são comprometidos pelas mudanças realizadas e propostas por Hugo Chávez.

O presidente utiliza mecanismos democráticos, como o referendo popular, para legitimar um modelo de governo não-democrático, já que a perda de perspectiva de alternância no poder é mais uma evidência do caminho para o fim da democracia.

Com todas essas ameaças à democracia, a participação da Venezuela no Mercado Comum do Cone Sul (Mercosul) torna-se

ainda mais questionável. [Ver também: [A Venezuela no Mercosul.](#)] O Protocolo de Ushuaia, assinado em 1998, pelos países membros do bloco, possui uma cláusula democrática que estabelece a democracia como condição indispensável para a existência e desenvolvimento dos processos de integração. Logo, as regras da união aduaneira, a estabilidade e o progresso da mesma estaria ameaçado devidos aos projetos de política interna de Chávez.

De acordo com, Fernando Henrique Cardoso, sociólogo e ex-presidente do Brasil: “O presidente Chávez tem ver que está se colocando em uma posição de muita intransigência, de muitas questões, e que algumas delas ferem a consciência democrática da região e do Mercosul.”.

Referência

Dahl, Robert Alan. Poliarquia: participação e oposição. São Paulo: Edusp. 1997.

J.Linz & A. Stepan. Regimes não-democráticos modernos: A Transição e consolidação da democracia – A experiência do Sul da Europa e da América Latina, Rio de Janeiro:Paz e Terra, 1996.

Sites:

BBC Brasil
<http://www.bbc.com/portuguese>

Clarín
<http://www.clarin.com>

Folha on-line
<http://www.folhaonline.com.br>

Observatório Político Sul-Americano – OPSA
<http://observatorio.iuperj.br>

Venezuela Analysis
<http://www.venezuelanalysis.com>

Ver também:

17/07/2004 - [Hugo Chávez submetido a referendo revogatório](#)

18/08/2004 - [Referendo revogatório: vitória democrática na Venezuela?](#)

07/06/2007 - [RCTV não tem sua concessão renovada pelo governo venezuelano](#)

25/07/2007 - [A Venezuela no Mercosul](#)

23/02/2007 - [Aprovada lei habilitante na Venezuela](#)

Conjuntura Internacional

Pontifícia Universidade Católica - MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães

Vice-reitora: Prof^a. Patrícia Bernardes

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôrres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto. de Relações Internacionais: Prof. Javier Alberto Vadell

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Javier Alberto Vadell

Coordenação-Geral: Prof^a. Liana Araújo Lopes

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine; Prof^a. Liana Araújo Lopes; Prof. Rodrigo Corrêa Teixeira

Membros: Andre Klausing; Celeste Cristina Badaró; Diego Paes; Joana Laura Nogueira; Lígia Mello; Luiz Fernando Moura e Castro, Luciana Mendes Barbosa.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av: Itaú, 525, 2º subsolo, Prédio Redentoristas - Dom Bosco - Belo Horizonte - MG - CEP 30850-035 Tel: (31)3319-4426 email: ci@pucminas.br website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>